

## **A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

### **CONTRIBUTION OF NURSING TO THE REDUCTION OF THE OCCURRENCE OF OBSTETRIC VIOLENCE**

**RESUMO:** Objetivo: Discutir sobre a atuação da enfermagem frente a necessária redução de casos de violência obstétrica. Método: Trata-se de um estudo descritivo-analítico, do tipo relato de experiência, envolvendo os determinantes da assistência praticada pelo enfermeiro na prevenção e redução da ocorrência de violência obstétrica. O local de investigação foi uma maternidade situada no município de Campina Grande na Paraíba no decorrer de um dos estágios obrigatórios do Curso de Enfermagem, em março de 2024. Resultados: A equipe de enfermagem destaca-se frente a realização de condutas que promovem a maximização da experiência positiva da mulher parturiente, mediante a prática humanizada e acolhedora, bem como a promoção do protagonismo da mulher frente ao processo de decisão e práticas de cuidado. Além disso, por meio da garantia do exercício legal dos direitos das mulheres, como a presença de um acompanhante, contato pele a pele do binômio mãe-filho imediatamente pós-parto, salvo situações clínicas excepcionais promovem a oferta de uma assistência acolhedora, humanizada e em consonância com as diretrizes legais e científicas. Conclusão: Evidencia-se a contribuição do profissional enfermeiro frente ao combate e prevenção da ocorrência de situações de violência obstétrica nos estabelecimentos de saúde, todavia ainda não é suficiente porque embora haja promoção de assistência humanizada pautada nos pareceres técnicos e científicos que embasam a efetivação dessa assistência, há ainda o necessário envolvimento de todos os profissionais, independente de área de formação, e à mulher assistida, o encorajamento em lutar por seus direitos.

*Palavras chaves:* Enfermagem obstétrica, Violência obstétrica, Cuidados de enfermagem

**ABSTRACT:** Objective: Discuss the performance of nursing in the face of the necessary reduction in cases of obstetric violence. Method: This is a descriptive-analytical study, of the experience report type, involving the determinants of the care provided by nurses in the prevention and reduction of the occurrence of obstetric violence. The place of investigation was a maternity hospital located in the city of Campina Grande, Paraíba, during one of the mandatory internships of the Nursing Course, in March 2024. Results: The nursing team stands out in terms of carrying out conducts that promote the maximization of the positive

experience of the parturient woman, through humanized and welcoming practice, as well as the promotion of the woman's protagonism in the decision-making process and care practices. In addition, by guaranteeing the legal exercise of women's rights, such as the presence of a companion, skin-to-skin contact of the mother-child binomial immediately postpartum, except in exceptional clinical situations, they promote the provision of welcoming, humanized care in line with legal and scientific guidelines. Conclusion: The contribution of the professional nurse in the fight against and prevention of the occurrence of situations of obstetric violence in health establishments is evidenced, but it is still not enough because although there is promotion of humanized care based on the technical and scientific opinions that support the effectiveness of this care, there is still the necessary involvement of all professionals, regardless of the area of training, and to the assisted woman, the encouragement to fight for her rights.

*Keywords:* Obstetric nursing, Obstetric violence, Nursing care

## **INTRODUÇÃO**

A violência obstétrica configura-se como um sério problema de saúde pública, em que destaca-se como um tipo específico de violência contra a mulher o qual afeta todas as esferas constituintes da saúde da mulher promovendo sérias repercussões à essa. Na contemporaneidade, não se tem uma definição unânime sobre a violência obstétrica, no mais configura-se como distintas ações de violência ocorridas durante qualquer etapa da assistência ofertada no ciclo gravídico-puerperal, com distintas tipificações como a ocorrência de violência verbal, psicológica, física e/ou sexual, no qual verifica-se a anulação da autonomia da mulher e o silenciamento dessa na tomada de decisões e imposição contrária às ações violentas impostas.

Assim sendo, a violência obstétrica constitui-se como um artefato de violação dos direitos das mulheres, por intermédio da exclusão da autonomia e poder de decisão sobre os seus corpos. Logo, verifica-se o estabelecimento da apropriação do processo reprodutivo das mulheres através dos profissionais de saúde, por intermédio da prática da assistência mecanizada, tecnicista e massificada do parto<sup>1</sup>. A violência obstétrica pode apresentar-se distintas maneiras, dentre elas por meio de um viés de perspectiva de gênero, em que a mulher encontra-se reprimida para expressar suas preferências e decisões frente a uma sociedade

patriarcal ou por meio de outras violações de direito como a atribuição institucional através de atos de negligência ou falha institucional<sup>2</sup>.

Sobretudo, cabe destacar fatores como a diferença racial, posição socioeconômica, escolaridade impactam sobre a percepção das mulheres sobre o atendimento ofertado, tendo em vista que em alguns estabelecimentos de saúde pública no Brasil, mulheres com baixa escolaridade e baixa renda são categorizadas como indivíduos sem autonomia e desprovidas da capacidade de decisão sobre o próprio corpo durante o parto.<sup>1</sup> Além disso, indivíduos adolescentes ou acima de 35 anos, mulheres não-brancas e imigrantes, de baixa classe socioeconômicas possuem maior probabilidade à vulnerabilidade de exposição à violência comparativamente a grupos socioeconômicos e raciais distintos das supracitadas, bem como mulheres em processo abortivo possuem maior prevalência de ocorrência de violência obstétrica, em que destaca-se a forte influência da moralidade social sob o viés de julgamento sobre as circunstâncias envolta do processo abortivo<sup>3</sup>.

Outrossim, a pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos espaços públicos e privados constatou que uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto, no qual destaca-se a dificuldade do reconhecimento pelas mulheres da inserção dessas o contexto de violência obstétrica mediante à influência complexa de inúmeros fatores que impactam na percepção de atos de violência sofridos<sup>4</sup>. Sobretudo, verifica-se que a relação da violência obstétrica com a prática assistencial obsoleta, no qual a alta exposição de mulheres à posição litotômica no parto, à manobra de Kristeller, a episiotomia sem informação e a separação do bebê após o nascimento configuram a perpetuação de práticas questionáveis sob o viés científico na atenção ofertada ao parto<sup>4</sup>.

Nesse cenário, destaca-se o papel incubido ao enfermeiro, em especial o enfermeiro obstetra na oferta do acolhimento e assistência integral ora a gestante ora ao acompanhante desta durante o ciclo gravídico-puerperal<sup>5</sup>, em que ressalta-se a importância das consultas de enfermagem para a promoção do conhecimento às gestantes sobre direitos e aspectos envolvidos da violência, de modo a permitir o reconhecimento de situações disruptivas e a tomada de decisão para enfrentar tal cenário imposto.

Dessa forma, o presente estudo objetiva evidenciar a importância do protagonismo da enfermagem frente a redução da ocorrência da violência obstétrica.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo-analítico, do tipo relato de experiência, envolvendo os determinantes da assistência praticada pelo enfermeiro na prevenção e redução da ocorrência de violência obstétrica. O local de investigação foi uma maternidade situada no município de Campina Grande na Paraíba no decorrer de um dos estágios obrigatórios do Curso de Enfermagem em março de 2024.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O enfermeiro torna-se protagonista frente a inibição da ocorrência da violência obstétrica, tendo em vista que esse assiste ao binômio mãe-filho desde ao pré-natal, parto e puerpério, logo verifica-se que frente a atuação desse por meio da aplicabilidade de uma assistência humanizada efetiva, através da aplicação de medidas que vão além das apreendidas pela graduação, conhecimento técnico- científico, mas a constante busca pela ampliação dos conhecimentos e vivências de modo a contribuir com a humanização da assistência ofertada, no qual torna a mulher protagonista das práticas de cuidados ofertados, bem como a promoção do conhecimento de intervenções e processos ocorridos à mulher conferem uma perspectiva positiva da experiência vivenciada por essas.

Dentre as medidas aplicadas, destaca-se a explicação detalhada de todo e qualquer procedimento realizado, no qual evidencia-se a promoção do protagonismo da mulher nos atos de autocuidado, além disso a promoção da garantia do direito legal à presença de um acompanhante, escuta ativa, a diminuição da realização de procedimentos invasivos e desnecessários, a promoção efetiva de medidas não farmacológicas de alívio da dor, garantia da escolha quanto à forma, maneira e via de parto, disponibilização da alimentação e ingestão hídrica, salvo contraindicações, análise crítica de decisões clínicas para minimizar o risco de realização de cesariana sem indicação clínica são ações promovidas pelo enfermeiro que impacta diretamente o cenário supracitado de violência, visto que são atitudes que promovem a oferta de uma assistência acolhedora, humanizada e em consonância com as diretrizes legais e científicas.

Durante o estágio em uma maternidade, foi possível observar e vivenciar de forma imersiva todas as nuances evidenciadas pelo parto, no qual destaca-se a imensa amplitude de distintas emoções que acometem a mulher durante todo o processo de parir, desde a preocupação, angústia, felicidade que influenciam diretamente a percepção do processo de parir. Dessa forma, a equipe de enfermagem frente a uma assistência humanizada, em que oferta efetivamente uma escuta ativa, acolhendo as demandas, dúvidas e sentimentos

demonstrados pelas gestantes e acompanhantes, bem como a desestruturação da relação verticalizada entre profissional de saúde e paciente, permite a promoção do estabelecimento de uma relação de confiança, sendo essa essencial para promover a garantia de uma assistência de qualidade.

Além disso, é preciso evidenciar que a equipe de enfermagem da referida maternidade promoveu a promoção do protagonismo da mulher frente ao ato de parir, desde a garantia do exercício legal da presença de um acompanhante, a explicação de todas as etapas características do trabalho de parto. Ademais, cabe evidenciar a realização de práticas não farmacológicas para alívio da dor que permitem a maximização da experiência da forma mais positiva possível, como a citar banhos de chuveiro, massagens na coluna lombar, palavras de afirmação, construção de espaço de acolhimento através de musicoterapia, bem como por meio da abordagem da mulher como a principal protagonista do ato de parir, por intermédio da garantia do exercício do poder de decisão dessa, como a citar a posição e maneira que deseja parir, a livre deambulação.

Outrossim, a prática de controle rigoroso, mediante a análise efetiva do prontuário e registros feitos pelos profissionais que assistem cada parturiente, permite a realização de intervenções apenas se necessário, como a citar a realização do toque, em que só era feito o mínimo possível, visto que é disponibilizado outras maneiras de confirmações das etapas presentes do trabalho de parto. Além disso, através das medidas supracitadas é notável a realização do ato de parir o mais fisiológico possível, logo a prática da cesariana na referida maternidade só é realizada nos casos clínicos estritamente indicados, assim além de evitar a realização desnecessárias de cesarianas em massa, os profissionais ali atuantes não usavam tal procedimento como meio de coação para as parturientes em trabalho de parto, como é possível observar a ocorrência de tal fato na literatura científica.

Por fim, destaco a garantia do exercício legal da promoção do contato imediato pele a pele entre a mulher e o filho dessa, permitindo assim o primeiro entre esses, no qual acarreta em diversos benefícios a ambos. Sobretudo, é preciso evidenciar que a assistência ofertada estende-se à mulher no puerpério, mediante a prática humanizada da assistência acolhendo-a em todas as etapas do ciclo gravídico-puerperal. Entretanto, cabe ressaltar que mediante a presença de leitos compartilhados, presença de profissionais de saúde em consonância com discentes de distintas instituições de ensino promovem a perda efetiva da privacidade dessas mulheres, visto a presença massiva desses, com a realização de procedimentos, intervenções, questionamentos que interferem de certa forma na experiência da parturiente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o exposto, conclui-se que a violência obstétrica configura-se como um sério problema de saúde pública, no qual infere seriamente a longo prazo não só na experiência do ato de parir da mulher, mas também com repercussões em distintos âmbitos da vida dessa, desde a aspectos envoltos da saúde mental ao próprio estabelecimento da relação do binômio mãe-filho. Assim sendo, evidencia-se a contribuição do profissional enfermeiro frente ao combate e redução da ocorrência de situações de violência à mulher nos estabelecimentos de saúde, mediante a promoção da prática de uma assistência humanizada pautada nos pareceres técnicos e científicos que embasam a efetivação dessa assistência. Dessa forma, conclui-se a fundamental importância da enfermagem frente ao protagonismo de encerrar o persistente cenário atual da obstetrícia brasileira, frente ao contexto de violência.

## REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> Zanardo GL de P, Uribe MC, Nadal AHRD, Habigzang LF. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Psicol Soc** 2017;29:e155043. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29155043>

<sup>2</sup> Nascimento, E.D, 2022 MOREIRA DO NASCIMENTO, D. E.; CAETANO BARBOSA, J.; BARRETO ISAÍAS, B.; HOLANDA NASCIMENTO, R. B.; MARTINS FERNANDES, E.; TAVARES DE LUNA NETO, R.; DE FARIAS RODRIGUES, M. P. Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. **Nursing** Edição Brasileira, [S. l.], v. 25, n. 291, p. 8242–8253, 2022. DOI: 10.36489/nursing.2022v25i291p8242-8253. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2662>. Acesso em: 6 jul. 2024

<sup>3</sup> Leite, T.H, Marques, E. S., Corrêa, R.G, Leal, M.C, Olegário, B.C.D, Costa, R.M, Mesenburg, M.A. EPIDEMIOLOGIA DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA REVISÃO NARRATIVA DO CONTEXTO BRASILEIRO. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2023/Set). [Citado em 06/07/2024]. Está disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/epidemiologia-da-violencia-obstetrica-uma-revisao-narrativa-do-contexto-brasileiro/18891?id=18891>

<sup>4</sup> Lansky, S. et al.. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 8, p. 2811–2824, ago. 2019

<sup>5</sup> Oliveira M de, Elias EA, Oliveira SR de. Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Rev enferm UFPE on line**. 2020;14:e243996DOI:<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243996>

<sup>6</sup> Isidoro da Silva M, Saraiva Aguiar R. Conhecimento de enfermeiros da atenção primária acerca da violência obstétrica. **Nursing Edição Brasileira** [Internet]. 8º de dezembro de 2020 [citado 7º de julho de 2024];23(271):5013-24. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/568>